

**HABEAS CORPUS Nº 549.020 - SP (2019/0358627-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
BRUNO DIAZ NAPOLITANO - SP236733  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : GEIDSON COSTA DOS SANTOS (PRESO)  
**PACIENTE** : JAIRO DO PRADO MARTINS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de **GEIDSON COSTA DOS SANTOS e JAIRO DO PRADO MARTINS**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que os pacientes foram condenados às penas de 6 anos, 9 meses e 20 dias de reclusão, em regime fechado, mais pagamento de 680 dias-multa, como incursos no art. 33, *caput*, c.c o 40, III, da Lei n. 11.343/2006.

Em sede recursal, o Tribunal de origem negou provimento aos apelos defensivos.

Neste *habeas corpus*, alega o impetrante ser inidônea a incidência da causa de aumento do art. 40, III, da Lei de Drogas, visto que não basta a mera proximidade às instituições descritas no referido artigo para reconhecê-la, sendo necessário comprovar a intenção do agente em beneficiar-se daquele ponto e de atingir os frequentadores dos estabelecimentos legalmente protegidos.

Salienta que, além do delito ter ocorrido num sábado e no período de férias, a distância das instituições de ensino não podem ser consideradas pequenas (cerca de 230 e 490 metros).

Requer, liminarmente e no mérito, a readequação da sanção penal pelo afastamento da majorante do art. 40, III, da Lei n. 11.343/2006.

**É o relatório.**

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da tutela de urgência pretendida.

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Suficientemente instruído o processo, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Após, tornem-me conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
Relator